

**ATA**  
**Ata de reunião da Comissão de Gestão do Plano de Logística Sustentável do**  
**Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais**

Ao segundo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, os membros da Comissão de Gestão do Plano de Logística Sustentável (CGPLS/TJMMG) estiveram reunidos em formato híbrido, com a presença virtual de seu presidente, Exmo. Sr. Desembargador Fernando Armando Ribeiro, e com a presença, na sala de reunião do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, dos servidores membros da comissão Cláudio Márcio Soares de Figueiredo, Ivana Esperança de Castro Barros, Lisiane Carvalho Nepomuceno, Mônica Faria Campos Guimarães, Maximiniano Félix Lopes e Nara da Silva Carvalho. Também esteve presente a servidora Thais Fonseca Correa, que será oficializada como novo membro da Comissão.

**Consumo de combustível dos veículos do Tribunal**

Lisiane explicou que é responsável pela ação de verificar o consumo de combustível por quilômetro, para saber se caberia alguma iniciativa por parte da Comissão para redução desse consumo. Ela foi, então, informada pelo Cesi que há três veículos administrativos – um Fiat Strada, um Fiat Palio e um Fiat Cronos –, cujo consumo está em torno de 8km ou 9km por litro, em média, e esses veículos estão em vias de serem substituídos, com processo de troca bem adiantado.

Dr. Fernando Armando levantou a possibilidade de incluir no Guia de Contratações Sustentáveis a consulta prévia aos fabricantes sobre o consumo de combustível (quilometragem por litro) dos modelos.

Lisiane ficou de verificar com a Mônica se há como incluir essa informação no processo das novas aquisições, ou se ela teria que ser solicitada depois.

Mônica disse que há seguradoras que oferecem curso de direção defensiva que também abordam questão de consumo de combustível.

Lisiane disse que falará com a Luanda para incluir esse item no rol de capacitações em sustentabilidade a serem oferecidas aos servidores.

**Substituição das lâmpadas**

Lisiane e Cláudio estiveram reunidos com os servidores Kelly Machado e Rogério Moreira para falar sobre a possibilidade de fazer a troca das lâmpadas pelo modelo LED. Eles informaram que já se tentou fazer essa troca em outras duas oportunidades, que não prosseguiram diante do custo - na época, só a troca das lâmpadas, que são de diferentes diâmetros, dependendo da sala, custaria R\$ 100 mil, fora a mão de obra, porque é também necessário trocar um reator e fazer uma ligação específica, e apenas um eletricista pode fazer esse serviço. Por isso hoje, quando queima uma lâmpada, ela ainda é substituída por uma fluorescente.

Lisiane informou também que, na obra em andamento no Tribunal, as salas em que estão sendo feitos serviços nas luminárias estas já estão sendo substituídas por LED, mas nas demais seguem as fluorescentes.

Kelly e Rogério, inclusive, alertaram que os modelos fluorescentes estão começando a ser retirados do mercado por causa da diminuição na demanda, o que no futuro, a médio ou longo prazo, pode ocasionar falta de fornecedor para o Tribunal.

Diante dessa projeção, Lisiane sugeriu que a Comissão solicite um novo orçamento para a troca dessa lâmpada, que se mostra bem viável para redução do consumo de energia. Ela também comentou que, na garagem, foi explicado que há quatro medidores de energia, e que um projetista fez um projeto para substituir por um só. Esse medidor único foi instalado, mas os quatro anteriores continuam ligados e não foi feito ainda o serviço para desligá-los e passar tudo ao medidor único, o que geraria redução no consumo de energia. Seria necessário, então, chamar novamente o projetista para que ele explicasse o que ainda precisa ser feito para se efetivar a mudança.

Dr. Fernando disse que essas ações, sempre que surgem na pauta da Comissão, acabam tendo que ser sugeridas à Administração Superior e, por isso, propôs que a Comissão elabore uma minuta de sugestões assinada por todos, ou por ele como presidente, para formalizar essas sugestões. Isso seria uma forma de registrar a iniciativa da Comissão para fins de cumprimento de metas, mesmo que ela não venha a ser acatada pela Administração.

Cláudio disse o secretário especial da presidência solicitou que a Comissão anexe as decisões que o Dr. Fernando tiver assinado, como forma de fundamentar mais os pedidos feitos.

### **Consumo de ar condicionado**

Lisiane disse que Kelly e Rogério pediram ajuda da Comissão porque os servidores têm ligado o ar condicionado e deixado portas e janelas abertas, e em alguns casos o aparelho tem ficado ligado mesmo após o expediente. A sugestão seria que o Secom fizesse uma arte para afixar nas salas e também para ser enviado por email, spark e TV corporativa.

Thais sugeriu que a arte seja pregada junto às janelas, para que a pessoa veja a mensagem no momento de abri-las.

Dr. Fernando destacou que, além do gasto de energia, há um prejuízo para o aparelho, porque o uso com as janelas e portas abertas causa o congelamento interno e vazamento de água do aparelho, que precisa ser ligado em ambiente fechado. Mas ele tem dúvidas sobre a eficiência da mensagem ser afixada na janela.

Cláudio sugeriu que ficasse próximo ao controle remoto, mas dependendo de cada sala, porque nem todas têm o controle na parede.

Esperança ficou de verificar as possibilidades no Secom e retornar à Comissão depois.

Dr. Fernando Armando ponderou que muitas unidades devem manter a prática de portas e janelas abertas mesmo com o uso do ar condicionado ainda por receio da proliferação da covid-19, então sugeriu que seja encaminhado à Comissão do Teletrabalho e à Administração a sugestão de que, quando o servidor estiver com sintomas gripais diversos que não inviabilize seu trabalho, seja autorizado que ele cumpra a jornada em teletrabalho, para preservar os demais servidores da unidade e, assim, evitar o uso errado do ar condicionado. O controle dessas autorizações seria feito pelo gestor de cada unidade. A sugestão foi acatada pela Comissão.

Cláudio ficou de apresentar a sugestão à Comissão do Teletrabalho, da qual também é membro.

### **Coleta de resíduos de reforma**

Kelly e Rogério esclareceram à Lisiane e Cláudio que, quando uma empresa é contratada para fazer reforma, ela já fica responsável por fazer a coleta dos resíduos. Mas não há registro se essas empresas estão fazendo a destinação correta desses resíduos.

Cláudio ressaltou que o CNJ, na resolução 400, fala que tem que providenciar esse descarte sustentável junto às empresas.

Lisiane disse que o ideal seria, na hora que contrata a empresa, informá-la de que é preciso dar a destinação correta.

Mônica disse que no contrato isso já é especificado, mas não sabe como se dá o acompanhamento, e seria preciso verificar com os fiscais.

Cláudio informou que, segundo a Kelly e o Rogério, exige-se a retirada do entulho todo pela empresa, sem entrar, portanto, na questão de onde será descartado. A parte da Comissão seria sugerir alguma forma de comprovação de que o entulho foi colocado no lugar certo.

Lisiane sugeriu que a comprovação seja feita por foto ou documento.

Mônica lembrou que não é possível exigir das empresas algo que não esteja previsto em lei. Em um curso que fizeram sobre guia de contratação, foi ressaltado que o órgão não pode pedir nada que esteja fora da legislação, para evitar impugnação em edital.

Cláudio disse que, então, nos contratos em vigor não há como mexer e sugeriu fazer uma minuta de consulta a outros órgãos, o que foi aprovado pela Comissão.

### **Manutenção das torneiras**

Lisiane esclareceu que uma das ações do PLS previa a instalação de arejadores e redutores de pressão nas torneiras, e ela verificou que todas as 73 torneiras do Tribunal já estão com o dispositivo. Foi detectado que o maior problema no momento é o reparo interno, que é de plástico, desgasta e precisa ser trocado.

A sugestão do servidor Tércio Lima, do Almoxarifado, era de trocar a torneira por completo, mas Lisiane sugere que faça a troca só do reparo, já que as torneiras estão em bom estado de conservação, e informou que, segundo o servidor Rogério, será contratada empresa para o Tribunal só para a manutenção predial, podendo ser incluído no contrato que ela fique responsável pelo reparo e pelo material necessário.

Também foi informado à Lisiane que o mais importante no momento é a da troca de todas as duchas higiênicas, que datam de 2012 e estão com vazamento. A mesma coisa as torneiras dos mictórios. Lisiane concluiu, então, que a ação para reduzir vazamentos é mais uma questão que se resolve com manutenção do que com aquisição.

Mônica sugeriu que se fizesse uma minuta acerca dessa manutenção para ser colocada no Termo de Referência, para constar no contrato da empresa, o que foi aprovado pela Comissão.

### **Consumo de papel A4**

Max disse que estava responsável por levantar o consumo de papel A4 no âmbito do Tribunal e, posteriormente, analisar com o setor que tem mais consumo ações para fazer essa redução. Ele, então, fez o levantamento do último ano de consumo, e em 2022 foram 263 resmas para

todo o Tribunal. Dessas, só o Almoxarifado pediu 132, o que equivale a, aproximadamente, 50%. Ele esclareceu que esse volume se deu por causa do servidor Tércio, que é o fiscal do contrato das impressoras de outsourcing, portanto não é o Almoxarifado que consome, e sim o Tribunal inteiro.

Na sequência vem a 1ª AJME, com 29 resmas. Conversando com a gerente da auditoria, ela esclareceu que faz a solicitação para uso da 1ª AJME e também da impressora que atende a todo o andar, portanto esse consumo está pulverizado.

Em terceiro lugar vem o Cesi, com 24 resmas, e foi-lhe também esclarecido que não é só o Cesi que consome, mas sim o 5º andar todo. Depois vem setores, como a 2ª AJME, com 15 resmas, outros setores com 8, 10, números que ele considera aceitável quando divididos em um ano.

Logo, no top 3 dos setores que mais fazem pedido de papel, esse quantitativo não atende só ao consumo deles, e Max esclareceu que já está em andamento o processo para desfazimento das impressoras próprias do Tribunal, o que, teoricamente, também deverá diminuir o consumo de papel. Diante desse levantamento, Max perguntou se há alguma ação que ainda deva ser feita.

Cláudio sugeriu que sejam mantidas sugestões já definidas em outras reuniões da Comissão, como pedir a retirada das impressoras próprias, inserir senha por servidor para uso da impressora outsourcing, e informar quais unidades estão pedindo mais impressão, para que haja um controle de quais unidades pedem impressão e em qual volume. Dessa forma, além de saber quem faz retirada de papel, conforme levantamento feito pelo Max, será possível também saber quem consome esse papel, fazendo um cruzamento de dados.

Dr. Fernando concordou que as ações já planejadas podem ser efetivas, sem precisar de novas sugestões.

### **Definir ações do Abril Azul**

Esperança iniciou fazendo um balanço do Março Azul, informando do porquê da coincidência de cores com o Abril Azul e explicou que, por ser uma ação nacional, sugerida pelo CNJ, não estava prevista palestra. Informou da repercussão positiva das palavras cruzadas entregues na campanha e ressaltou que isso é um exemplo de que há meios alternativos de mobilização para além das palestras.

Para o Abril Azul, Nara informou que está prevista palestra e que já passou à EJM essa e todas as demais necessidades de palestras definidas pela Comissão para 2023.

Esperança informou que não precisará fazer aquisição de fita para o Março Azul porque há uma sobra do Novembro Azul do mesmo tom, em azul celeste, mas será preciso fazer aquisição para o Abril Azul, que tem um tom mais escuro.

Nara informou que essa aquisição das fitas já poderá ser feita por pronto pagamento.

### **Inserir atas em ofícios à administração**

Foi aprovada pela Comissão a sugestão de que, quando a mesma for oficiar algo à administração, seja inserida a ata assinada.

Sem nada mais na pauta a ser discutida, a reunião foi encerrada.

A presente ata foi redigida por Ivana Esperança de Castro Barros, e assinada pelo desembargador Fernando Armando Ribeiro, presidente da Comissão, e demais membros.